

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL HABEAS CORPUS N.º 0819061-52.2023.8.10.0000
PACIENTE: RAIMUNDO RODRIGUES ARAÚJO IMPETRANTE: NADSON DANIEL DE ARAÚJO
CABRAL (OAB nº 26.137) IMPETRADO: JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE COROATÁ/
MA RELATOR: DESEMBARGADOR SAMUEL BATISTA DE SOUZA. EMENTA PENAL. PROCESSO
PENAL. HABEAS CORPUS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRESENTES
OS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA.
NÃO CONSTATADO. PROCESSO COMPLEXO. INSTRUÇÃO ENCERRADA. SUPERADA A
ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO POR EXCESSO DE PRAZO. RISCO DE REITERAÇÃO
DELITIVA. CONTEMPORANEIDADE PRESENTE. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE
MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS À PRISÃO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA 1. Ocorre
que se trata de um processo complexo, envolvendo mais de 30 (trinta) réus.
Dito isso, destaco que os prazos processuais servem de parâmetros gerais,
porém, podem variar conforme as peculiaridades do caso concreto, em
respeito ao princípio da razoabilidade; 2. Encerrada a instrução criminal,
fica superada a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo;
3. Se trata de indivíduo que mesmo após ter sido preso por tráfico de
drogas, permaneceu praticando o mesmo delito posteriormente, o que
demonstra que sua liberdade acarreta risco a ordem pública; 4. Não é
ilegal a prisão preventiva que se funda na reiteração delitiva do acusado
para o resguardo da ordem pública; 5. O fato do paciente responder a
processos onde ele é acusado de participar de organização criminosa e/ou
tráfico de drogas justificam a prisão preventiva; 6. A contemporaneidade
diz respeito aos requisitos ensejadores da prisão e a permanência dos seus
fundamentos nos decurso temporal; 7. Condições subjetivas favoráveis do
paciente, por si sós, não impedem a prisão cautelar caso se verifiquem
presentes os requisitos legais para a decretação da segregação provisória
8. Habeas Corpus conhecido e denegado ACÓRDÃO Vistos, relatados e
discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 0819061-52.2023.8.10.0000, em
que são partes as acima nominadas, acordam os Senhores Desembargadores da
Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.
"UNANIMEMENTE E DE ACORDO COM O PARECER DA DOUTA PROCURADORIA GERAL DE
JUSTIÇA, A SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL DENEGOU A ORDEM IMPETRADA, NOS TERMOS
DO VOTO DO DESEMBARGADOR RELATOR". Participaram do julgamento os Senhores
Desembargadores Francisco Ronaldo Maciel Oliveira, José Luiz Oliveira de
Almeida e Samuel Batista de Souza. Funcionou pela Procuradoria Geral de
Justiça a Dr. Krishnamurti Lopes Mendes França. São Luís (MA), data e
assinatura do sistema. Desembargador Samuel Batista de Souza Relator
(HCCrim 0819061-52.2023.8.10.0000, Rel. Desembargador (a) SAMUEL BATISTA
DE SOUZA, 2ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 18/12/2023)